

**MUDANÇAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA LEI 11.638/07 NA  
ANÁLISE DE EMPRESAS DO SETOR DE MINERAÇÃO**  
**FLUCTUATIONS IN FINANCIAL STATEMENTS BY LAW 11.638/07 IN ANALYSIS  
OF COMPANIES IN THE MINING SECTOR**

**Leila Francisca Saraiva Silva<sup>1</sup>**

**Anelisa de Carvalho Ferreira<sup>2</sup>**

**João Paulo Calembó Batista Menezes<sup>3</sup>**

**Resumo**

As mudanças nas demonstrações contábeis possuem papel fundamental para o desenvolvimento das empresas nacionais no mercado internacional, uma vez que seus objetivos estão relacionados à divulgação das informações contábeis de forma clara e relevante. Nesse sentido, o presente trabalho possui como objetivo principal analisar os impactos causados por estas mudanças através da Lei 11.638/07 nos indicadores econômico-financeiros das empresas do segmento da Mineração presentes na BM&FBovespa, a partir da harmonização contábil introduzida pelas IFRS. Foi analisado o desempenho econômico das empresas no período de 2005 a 2010. Os resultados evidenciaram que grande parte dos índices demonstram situação positiva para as empresas, com destaque para a liquidez da Vale S.A e Litel Participações S.A. Relativamente ao impacto causado pelas mudanças nas normas contábeis, os resultados demonstraram que não ocorreram variações relevantes, já que as modificações mais expressivas com as alterações da norma se propagaram nas empresas com menor desempenho econômico.

**Palavras-chave:** IFRS; Análise econômico-financeira; Mineração; Harmonização Contábil.

**Abstract**

Changes in financial statements have key role in development of national enterprises in the international market, since its purpose is related to the disclosure of accounting information clear and relevant. In this sense, the present paper has the objective of analyze the impacts caused by these changes, through Law 11.638/07, in financial indicators of mining companies listed in BM&FBovespa, with accounting harmonization introduced by IFRS standards. It was analyzed the economic performance in the period 2005 to 2010. The results of the assessment of economic and financial performance showed that most of the indexes show positive situation for enterprises, with emphasis on liquidity of Vale S.A. and Litel Participações S.A. The impact caused by changes in accounting standards caused no relevant changes for harmonization; the most significant changes were in companies with lower economic performance.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Contábeis pela UFVJM, leilasaraiva.saraiva@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Contabilidade pelo ISCTE-IUL – Lisboa, Doutoranda em Administração CEPEAD (UFMG), Professora Assistente do DCCO da UFVJM, anelisa.ferreira@ufvjm.edu.br

<sup>3</sup> Mestre em Contabilidade pelo ISEG – Lisboa, Doutorando em Administração CEPEAD (UFMG), Professor Auxiliar do DCCO da UFVJM, joao.calembob@ufvjm.edu.br

**Key words:** IFRS; Economic and financial analysis; Mining; Accounting Harmonization.

## 1. INTRODUÇÃO

A contabilidade do Brasil e do mundo vem passando por amplas mudanças decorrentes da padronização internacional das normas contábeis dos últimos dez anos. Essa padronização ou harmonização, tem a intenção de facilitar a compreensão das informações divulgadas pelas organizações em qualquer parte do planeta (DIAS, NETO E PINHEIRO, 2009).

Essas mudanças se intensificaram no Brasil por meio da Lei 11.638/2007 que passou a exigir que as empresas de capital aberto, de capital fechado, instituições financeiras e limitadas de grande porte elaborassem e publicassem suas demonstrações financeiras conforme estabelecido pela nova legislação. As alterações nas normas brasileiras foram adaptadas das IFRS (*International Financial Reporting Standards*) que são pronunciamentos contábeis internacionais emitidos e organizados pelo IASB (*International Accounting Standard Board*) (ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2010).

Segundo Reis e Shimamoto (2010, p.2), “as normas emitidas pelo IASB apresentam diferenças substanciais das normas em vigor até 31/12/2007, pois possuem como base para sua formulação o sistema jurídico consuetudinário”, ou seja, a transformação do padrão contábil *code law* para *common law*, ao qual prevalece os princípios sobre as regras ou o direito fundamentado em lei sob o baseado em usos e costumes que é o mais adotado no Brasil.

De acordo Dias, Neto e Pinheiro (2009), em um futuro próximo é possível que haja uma contabilidade totalmente padronizada, com exceção das particularidades existentes em cada país, melhorando da competitividade econômica mundial e permitindo que surjam acordos comerciais internacionais, afirmando a importância dos relatórios contábeis confiáveis e tempestivos.

A contabilidade, por meio de seus relatórios, possibilita estudar os fenômenos ocorridos no Patrimônio Líquido das organizações e a interpretação destes fatos oferecem informação e orientação para a condução de assuntos referidos ao desempenho da entidade (IUDICIBUS, 2006). Ao objetivar o crescimento e sobrevivência no mercado nacional ou internacional, a empresa enfrenta diversos riscos, muitas vezes desconhecidos. Diante disto, Guth (2013) ressalta que a utilização de metodologias e instrumentos nas tomadas de decisões, agregam mais confiabilidade e relevância nas informações.

Desta forma, as interpretações das demonstrações contábeis por meio de instrumentos de análises são essenciais para a agilidade e segurança das decisões financeiras tomadas pela organização, apresentando posições passadas e presentes e influenciando as tendências futuras.

Essas decisões financeiras têm grande influência no desenvolvimento das companhias no mercado, principalmente no mercado externo. O setor de mineração possui importante participação nas exportações nacionais, sendo que segundo o IBRAM (2015), o Brasil é detentor de um notável território de diversidade geológica propícia à existência de jazidas de vários tipos de minérios. Em 2014, a indústria mineral foi responsável por US\$34 bilhões em exportação e destes, US\$25,8 bilhões representam o minério de ferro.

Tratando deste assunto, o presente estudo busca interpretar as demonstrações contábeis das empresas do ramo de mineração, que atuam no setor de minérios metálicos, listadas na BM&FBOVESPA (Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros) por meio dos indicadores econômico-financeiros. O objetivo geral do trabalho é verificar se ocorreram

alterações nos indicadores financeiros das organizações do setor de mineração cotadas na BM&FBOVESPA após as mudanças exigidas pelas normas internacionais de contabilidade - IFRS.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1. Análise Econômico-Financeira**

De acordo com Marion (2009), o surgimento da Análise das Demonstrações Contábeis foi no final do século XIX, quando os banqueiros americanos solicitavam as demonstrações às empresas que iriam contratar os empréstimos. Com o surgimento dos Bancos Governamentais desenvolveu-se esta prática, mas a princípio somente o Balanço era exigido, e com o tempo as outras demonstrações também foram solicitadas para conhecer a situação econômico-financeira das empresas tomadoras de empréstimos (MARION, 2009).

Segundo Iudícibus (2006), as demonstrações contábeis são uma das mais eficientes fontes de informação utilizadas para a avaliação de desempenho das empresas, no entanto, necessitam de um bom entendimento para auxiliar de forma eficiente no processo decisório.

E ainda segundo Reis (2009), a análise das informações deve ser mediante comparação dos valores constantes dos demonstrativos, procurando analisar os aspectos estáticos, que estudam a situação da empresa em um determinado momento sem se preocupar com o passado e o futuro, e o aspecto dinâmico, que se preocupa com a evolução da empresa, comparando resultados passados com a evolução futura.

Bruni (2011) alerta que é preciso cuidado com as Demonstrações Contábeis forjadas, que tem por objetivo sempre divulgar lucros crescentes, como o caso da Enron (empresa americana do ramo de energia que faliu em 2001 após descobertas de manipulação de resultado). Segundo Marion (2009, p.10), o julgamento ideal para averiguar a credibilidade das demonstrações contábeis seria: (a) Demonstrações contábeis publicadas em jornais que atendam aos requisitos legais (Lei das Sociedades Anônimas); (b) Assinadas por contador, com Relatório da Diretoria e Notas Explicativas completas; (c) Parecer da auditoria de Pessoa Jurídica que não tenha empresa-cliente que represente mais de 2% do faturamento e que não esteja auditando a empresa analisada por mais de quatro anos.

A Análise das Demonstrações Contábeis é dividida em três níveis de acordo com Marion (2009): (a) Nível introdutório, para conhecer a situação econômico-financeira de uma empresa por meio da análise de Endividamento, de Liquidez e Rentabilidade, também conhecido como Tripé da análise; (b) Nível intermediário, que aprofunda a análise mediante outros indicadores, além dos já mencionado, como Lucratividade, Produtividade, Alavancagem Financeira entre outros; e (c) Nível avançado, que enriquece ainda mais a situação econômico-financeira de uma empresa, por meio da análise da DVA, Liquidez Dinâmica, análise com ajustamento das Demonstrações Contábeis no nível geral de preços, etc.

Para análise deste estudo serão utilizados os Índices de Liquidez, Índices de Endividamento, e Índices de Rentabilidade que conforme demonstrados nos Quadros 01, 02 e 03.

Quadro 1 - Resumo Índices de Liquidez

Índices de liquidez	Fórmula	Observações
Liquidez Corrente	$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$	<ul style="list-style-type: none"> <li>Para cada \$1 de dívidas vencíveis dentro de um ano, a empresa conta com \$X de valores disponíveis e realizáveis no mesmo período.</li> <li>Revela a capacidade de pagamento a curto prazo.</li> </ul>
Liquidez Seca	$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} - \text{ESTOQUES}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$	<ul style="list-style-type: none"> <li>Para cada \$1 de dívidas vencíveis dentro de um ano, a empresa tem sem contar com os estoques, \$X de valores disponíveis e realizáveis no mesmo período.</li> <li>Revela a capacidade de pagamento a curto prazo, sem contar com os estoques.</li> </ul>
Liquidez Geral	$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$	<ul style="list-style-type: none"> <li>Para cada \$1 do total de suas dívidas, a empresa conta com \$X de valores disponíveis e realizáveis.</li> <li>Mede a capacidade de pagamento geral.</li> </ul>
Liquidez Imediata	$\frac{\text{DISPONIBILIDADE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$	<ul style="list-style-type: none"> <li>Para cada \$1 do total de suas dívidas vencíveis dentro de um ano, a empresa dispõe de \$X.</li> <li>Revela a capacidade de pagamento imediato.</li> </ul>

Fonte: Adaptado Reis (2009, p. 335)

Quadro 2 - Índices de Endividamento

Índices de Endividamento	Fórmula	Observações
Participação de Capital de Terceiros sobre Recursos Totais	$\frac{\text{CAPITAL DE TERCEIROS}}{\text{CAPITAL DE TERCEIRO} + \text{CAPITAL PRÓPRIO}}$	<ul style="list-style-type: none"> <li>Para cada \$1 aplicado na empresa \$X indica participação de Capital de Terceiros.</li> <li>Revela o valor de endividamento da empresa.</li> </ul>
Garantia do Capital Próprio ao Capital de Terceiros	$\frac{\text{CAPITAL PRÓPRIO}}{\text{CAPITAL DE TERCEIROS}}$	<ul style="list-style-type: none"> <li>Para cada \$1 de Capital de Terceiros há \$X de Capital Próprio como garantia.</li> <li>Revela a garantia da empresa para suprir suas dívidas.</li> </ul>
Composição de Endividamento	$\frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}{\text{CAPITAL DE TERCEIROS}}$	<ul style="list-style-type: none"> <li>Para cada \$1 de dívidas, existe \$X a curto prazo.</li> <li>Revela o percentual de endividamento concentrado no curto prazo.</li> </ul>

Fonte: Adaptado Reis (2009)

Quadro 3 - Indicadores de Rentabilidade

Índices de Rentabilidade	Fórmula	Observações
Taxa de Retorno sobre Investimento (ROI)	$\frac{\text{LUCRO LÍQUIDO}}{\text{ATIVO TOTAL}}$	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Para cada \$1 investido há um ganho de \$X.</li> <li>• Revela o poder de ganho da empresa.</li> </ul>
Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	$\frac{\text{LUCRO LÍQUIDO}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Para cada \$1 investido pelos proprietários há um ganho de \$X.</li> <li>• Revela o poder de ganho dos proprietários.</li> </ul>

Fonte: Adaptado Reis (2009)

## 2.2. Origem da IFRS

Com a crise da Bolsa de Nova Iorque em 1929, membros do governo americano, empresários, auditores, analistas de crédito e do mercado de ações e pesquisadores acadêmicos se reuniram para analisar as causas que provocaram esta catástrofe econômica e superá-la. Foi então criado o Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados – AICPA (*American Institute of Certified Public Accountants*) responsável pela criação dos Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos. Anos mais tarde este órgão foi substituído pela Junta de Normas de Contabilidade Financeira – FASB (*Financial Accounting Standards Board*) (CARVALHO e LEMES, 2010).

Por volta da década de 70 foi criado o comitê de pronunciamentos Contábeis internacionais – IASC (*International Accounting Standards Committee*) formado por 10 países: Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, Irlanda, Japão, México, Países baixos e Reino Unido, que tem por objetivo formular e publicar normas contábeis que possam ser aceitas internacionalmente, as chamadas IAS (MEIRELLES JUNIOR, 2009).

Em 1º de abril de 2001 o IASC passou a funcionar como Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade - IASB (*International Accounting Standards Board*) com a “tarefa de propor normas para balizar a elaboração e a divulgação das demonstrações contábeis, procurando fazer com que essas normas sejam acatadas mundialmente” (MULLER e SCHERER, 2010, 28).

A partir de então, segundo Carvalho e Lemes (2010), as Normas Internacionais, que nasceram nos anos 70 com a denominação IAS, passaram a se denominar normas Internacionais de Relatórios Financeiros – IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e contam com um conselho de interpretação de dúvidas denominado Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Relatórios Financeiro – IFRIC (*International Financial Reporting Interpretations Committee*).

Ainda conforme Carvalho e Lemes (2010), a emissão de uma norma IFRS não é resultante de atos personalíssimos ou voluntaristas, ninguém tem a exclusividade da resposta final. O conselho aceita sugestões para incluir na “agenda ativa”, a partir disso o pessoal técnico passa a analisar a questão em busca de soluções e será incluída na *Discussion Paper* (Minuta para Discussão) que pode ser comentada por qualquer pessoa, seja para concordar ou discordar de algo ou propor soluções não identificadas. E após várias reuniões públicas é então deliberada a emissão de uma IFRS em caráter final e oficial, pelo voto majoritário do conselho.

De acordo com o Instituto IFRS (2014), até 16 de maio de 2014, 130 países já adotaram as Normas Internacionais de Contabilidade, seja em condição de substituição das normas já existentes ou como complemento, conforme o caso brasileiro.

### **2.3. IFRS e a Contabilidade Brasileira**

De acordo com Reis e Shimamoto (2010), a harmonização das normas contábeis não está ocorrendo apenas no Brasil. Nos países da Europa, as IAS e IFRS, são utilizadas desde 2005, nos Estados Unidos a partir de 2010 e outros países: China, México, Canadá e Japão também já estão implantando as mudanças, visando melhores condições das empresas nacionais no mercado internacional.

Segundo Ernst & Young e FIPECAFI (2010), nas últimas duas décadas as entidades contábeis (contadores, auditores, órgãos reguladores, analistas de mercado de capitais e usuários de demonstrações financeiras) discutiram sobre a necessidade de adequação da Lei 6.404/76 com as exigências da modernização do mundo globalizado.

No ano 2000 foi apresentado um Projeto Lei nº 3.741 propondo alterações substanciais a Lei das Sociedades por Ações (SAs) com a intenção de modernizar as normas e práticas brasileiras baseadas nas internacionais. Este ficou estagnado no Congresso durante anos, fazendo com que órgãos reguladores iniciassem o processo de harmonização das normas contábeis com as ferramentas que possuíam (REIS; SHIMAMOTO, 2010).

A criação do CPC foi o primeiro passo da contabilidade brasileira à convergência para o padrão internacional de contabilidade, “esse órgão tem como objetivo estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos baseados em procedimentos da contabilidade internacional para emissão de normas” (REIS e SHIMAMOTO, 2010, p.94).

Com essa nova fase da contabilidade, vários órgãos passaram a exigir a preparação e divulgação das Demonstrações Financeiras conforme a legislação internacional, as IFRS, independente da legislação complementar. Conforme Ernst & Young e FIPECAFI (2010):

a) em 2006 por meio do comunicado 14.259, o BACEN (Banco Central do Brasil) estabelece que as instituições financeiras, a partir de 2010, deverão preparar e divulgar suas demonstrações financeiras conforme estabelece as IFRS.

b) em 2007 pela Instrução CVM nº 457, o CVM (Comissão de Valores Mobiliários) determinou que todas as empresas de capital aberto devem preparar e divulgar suas demonstrações financeiras conforme as IFRS.

c) a SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) também determinou por meio da Circular nº 357 que as seguradoras preparassem e divulgassem suas demonstrações financeiras de acordo com as IFRS a partir de 2010.

Após sete anos de tramitação no congresso e ocorridas várias mudanças significativas, foi aprovada a Lei 11.638 em 28 de dezembro de 2007, que sanciona a utilização das IFRS na elaboração e divulgação de demonstrações financeiras das sociedades de grande porte.

### **2.4. A Lei 11.638/07 e suas Principais Modificações nas Demonstrações Financeiras**

A Lei 11.638 trouxe ao Brasil a oportunidade de competir com as grandes empresas mundiais, visto que, com a padronização das demonstrações contábeis, as empresas brasileiras podem ter suas informações compreendidas em qualquer parte do mundo e com isso adquirir novos investidores.

Segundo Gonçalves et al. (2014), o advento da Lei 11.638/07 possibilitou ao Brasil seguir o caminho de diversos países e realizar mudanças nos sistemas contábeis, derrubando as barreiras que o impediam de adotar os padrões internacionais de contabilidade. Além disso o Brasil conseguiu ir mais adiante que outros países, adotando as IFRS nos balanços individuais e não apenas nos consolidados.

Carvalho e Lemes (2010) complementam que a ocorreu alteração radical das normas contábeis no Brasil foi após a Lei 11.638/07 e os pronunciamentos emitidos pelo CPC. E RAGC, v.4, n.15, p.76-95/2016

ainda, segundo os autores, dentro de poucos anos, as expressões Contabilidade Internacional e Contabilidade Societária significarão uma única coisa. De acordo com o Guia do PWC (2010, p.9), esta Lei estabeleceu três pontos fundamentais para o processo de convergência as IFRS:

a) conferiu à CVM a autoridade de estabelecer normas contábeis no Brasil – antes as normas contábeis eram estabelecidas pelas leis. Como uma lei só pode ser alterada por outra lei, qualquer mudança regulatória constituía um longo e burocrático processo que poderia levar anos para ser concluído. Em um ambiente em que os mercados mudam com muita velocidade, sua regulamentação precisa ser igualmente célere;

b) estabeleceu que a CVM, ao regulamentar as normas contábeis deveriam garantir que estas estejam em conformidade com as normas internacionais de contabilidade: o IFRS;

c) facultou à CVM a possibilidade de firmar convênio com entidade independente que a assessorasse no processo técnico de regulamentação contábil – concretizado pelo convênio que a CVM firmou com o CPC.

Com as mudanças trazidas pela Lei 11.638/07 e alteradas pela 11.941/09, as demonstrações contábeis sofreram modificações relevantes em suas estruturas. Em conformidade com o art. 178 da referida Lei, as contas do balanço serão classificadas conforme os elementos do patrimônio registrados e agrupadas com o intuito de facilitar seu conhecimento e sua análise.

§ 1º No ativo as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registradas, nos seguintes grupos: I – ativo circulante, e II – ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. De acordo com Augusto e Oliveira (2009), a alínea c do mesmo artigo eliminou o “Ativo Permanente” que passou a ser classificado dentro do grupo do “Ativo não circulante”. E contas que antes eram demonstradas no “Imobilizado” como marcas, patentes, concessões, direitos autorais, passaram a compor o grupo “Ativo Intangível”. Além disso, o grupo “Diferido” foi extinto.

Em continuação com as alterações proporcionadas pelo art. 178 da Lei 11.638/07:

§ 2º No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos: I – passivo circulante; II – passivo não circulante; e III – patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

Para Augusto e Oliveira (2009), é possível perceber que dos grupos “passivo exigível a longo prazo” e “resultados do exercício futuro” constituiu-se um único grupo o “Passivo não circulante”. Já no “Patrimônio Líquido” foram extintos o grupo de “reserva de reavaliação” e o subgrupo “lucros e prejuízos acumulados”, passando para “ajustes de avaliação patrimonial” e prejuízos acumulados simultaneamente.

Segundo Batista et al. (2010), a nova legislação das Sociedades Anônimas trouxe algumas mudanças significativas na DRE, o inciso IV do art. 178 da Lei 11.638/07 ressalta que as receitas e despesas não operacionais que eram especificadas após a mensuração do lucro e prejuízo operacional são consideradas agora como outras receitas e outras despesas.

Além disso, o inciso VI do artigo 178 da nova legislação, passou a considerar na DRE “as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdências de empregados, que não se caracterizam como despesas”.

Para Ribeiro (2010), outra inovação trazida pela Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007 foi a obrigatoriedade de elaboração da DFC. Antes da Lei algumas empresas já vinham apresentando esta demonstração por orientação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por se tratar de uma demonstração com o entendimento mais simples e acessível à maioria dos usuários.

Segundo Ribeiro (2010), a Demonstração do Valor Adicionado também é uma importante inovação trazida pela Lei 11.638/07. Essa demonstração é obrigatória para as companhias de capital aberto e considera o quanto de riqueza a empresa produziu e o quanto e de que forma estas foram distribuídas. Sua elaboração deriva de contas de resultado, mas também algumas contas patrimoniais, considerando que sua estrutura é formada por meio da DRE (RIBEIRO, 2010).

Em conformidade com Batista et al. (2010), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) não sofreram alterações com a aprovação da Lei 11.638/07, e ainda, a DLPA mesmo vetada do Balanço Patrimonial, ainda continua vigente.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A coleta de dados do presente estudo será baseada em três empresas de capital aberto do ramo de mineração com segmento de minerais metálicos presentes no site da Bolsa de Valores e Mercadoria e Futuros (BM&FBOVESPA). Para a coleta e análise foram utilizados o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício Consolidados dos últimos 10 anos – 2005 a 2014 - de cada entidade mencionada.

A escolha do período mencionado justifica-se pelas oscilações que ocorrem no mercado econômico-financeiro ao decorrer do tempo, como variâncias de câmbio, consumo, inflação, crise, etc., visto que grande parte da produção das empresas estudadas é exportada, e um período maior, permitirá verificar se diversas movimentações no cenário econômico mundial afetam seus resultados financeiros, influenciando no desempenho econômico da entidade.

O setor de minérios metálicos existente na BM&FBOVESPA constitui-se por quatro empresas, dentre elas, Litel Participações S.A., Manabi S.A, MMX Mineração e Metálicos S.A. e Vale S.A. A entidade Manabi S.A., foi fundada em 2011, período após a exigência da divulgação das demonstrações contábeis conforme padrões IFRS, portanto, não será objeto de análise.

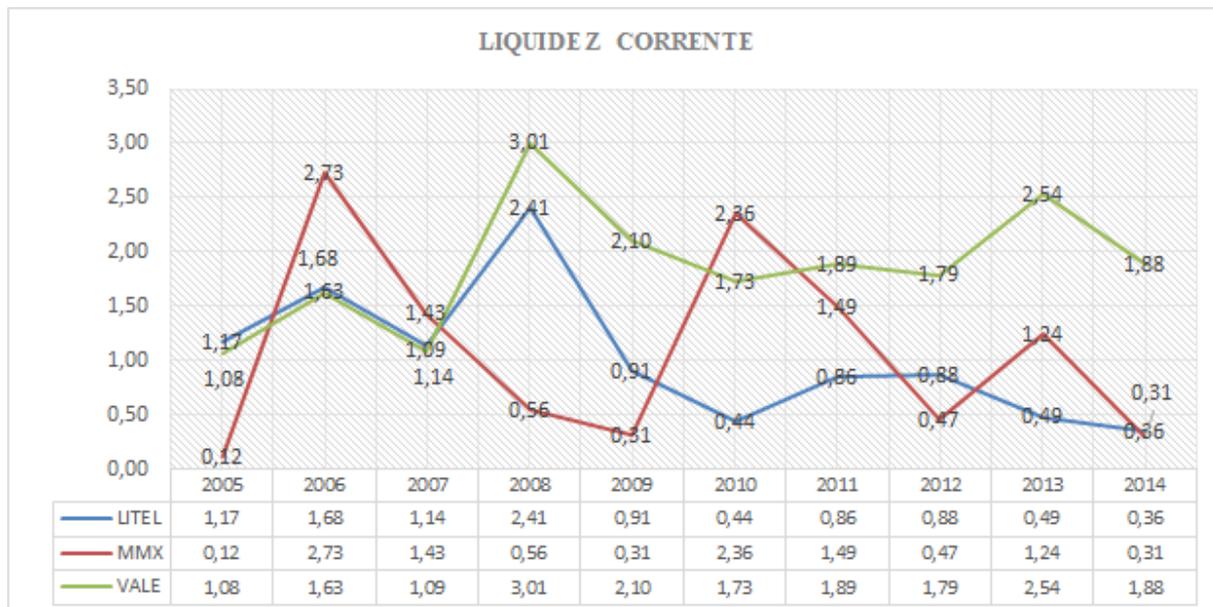
A metodologia utilizada conforme Moresi (2003), foi classificada como qualitativa, visto que consiste em descrição de situações, eventos e observações das amostras para projetar resultados. Já quanto aos fins, ainda em conformidade com o mesmo autor a pesquisa se classifica como exploratória, descritiva, explicativa, metodológica e bibliográfica.

## **4 ANÁLISE DOS DADOS**

### **4.1 Análise de Liquidez**

Conforme Gráfico 01, dentre as três empresas estudadas, a Vale S.A é a que possui melhores condições de financiar suas necessidades de capital de giro, enquanto a MMX Minérios e Metálicos teve muitas oscilações em seus índices, em alguns momentos possui grande quantidade de capital circulante e em outros não.

Gráfico 01 – Índice de Liquidez Corrente das Três Empresas Analisadas



Fonte: Dados da pesquisa

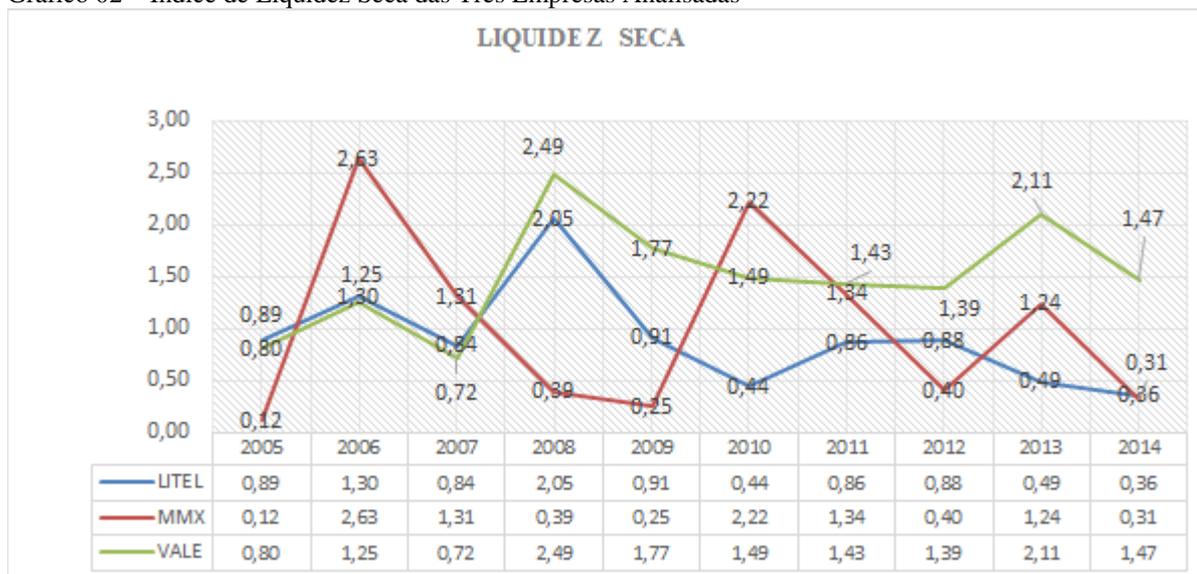
Em 2008 a Vale e a Litel Participações chegaram a alcançar seus maiores índices no período, isto é, a capacidade de liquidar as dívidas a curto prazo foi 2,4 vezes maior que suas dívidas para a Litel e 3 vezes maior para a Vale. O aumento dos índices das duas empresas está relacionado ao aumento de capital por meio de oferta global de ações e que foram empregadas em aplicações financeiras de liquidez imediata. Estes valores foram utilizados para pagamento de Fornecedores e investidos em Participações Societárias em 2009, o que ajudou na diminuição dos índices.

A crise de 2008, como descrito acima, também teve influência na queda dos índices em 2009, visto que, por ter apresentado uma grande liquidez no ano anterior, como demonstra o Gráfico 01, a Litel e a Vale não ficaram tão comprometidas e conseguiram arcar com suas responsabilidades perante as dívidas.

Já a MMX apresentou grandes variações em seus índices, ela obteve uma queda de índices desde 2007 e só se recuperou em 2010. De acordo com o relatório da administração (2008), os impactos da crise financeira provocaram significativa retração de vários setores, como de construção civil e automobilístico, que são importantes consumidores de produtos siderúrgicos. Além disso, a retração na produção de aço afetou fortemente a demanda global por minérios e metais.

No Índice de Liquidez Seca as empresas obtiveram resultados semelhantes ao da Liquidez Corrente, visto que, a diferença entre as duas, é a utilização do Estoque para cobrir suas obrigações. No gráfico 02, esta semelhança fica evidente, com distinção da Vale, que apresentou uma média de 1,87 do índice de Liquidez Corrente no período e 1,49 na Liquidez Seca, isso significa que os Estoques da Vale representam em média 20,23% das disponibilidades da entidade, isto é, elementos de baixa rotação.

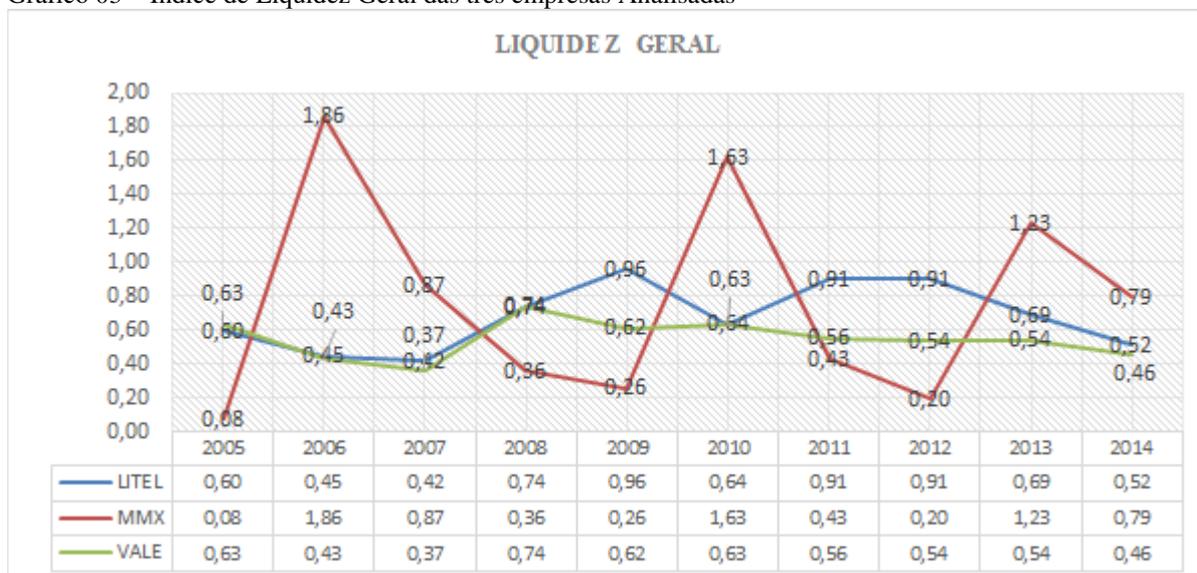
Gráfico 02 – Índice de Liquidez Seca das Três Empresas Analisadas



Fonte: Dados da Pesquisa

No que tange a Liquidez Geral, em que revela a liquidez tanto a curto como a longo prazo, as empresas do setor apresentaram índices diferentes, com destaque para a Litel Participações. Mesmo que seus resultados no período estudado não tenham se mantido satisfatórios para liquidar suas dívidas, ela conseguiu se manter equilibrada durante a crise de 2008. Já no momento de crescimento da economia, em 2011, ocorreu uma grande queda em seu índice, conforme verifica-se no Gráfico 03.

Gráfico 03 – Índice de Liquidez Geral das três empresas Analisadas



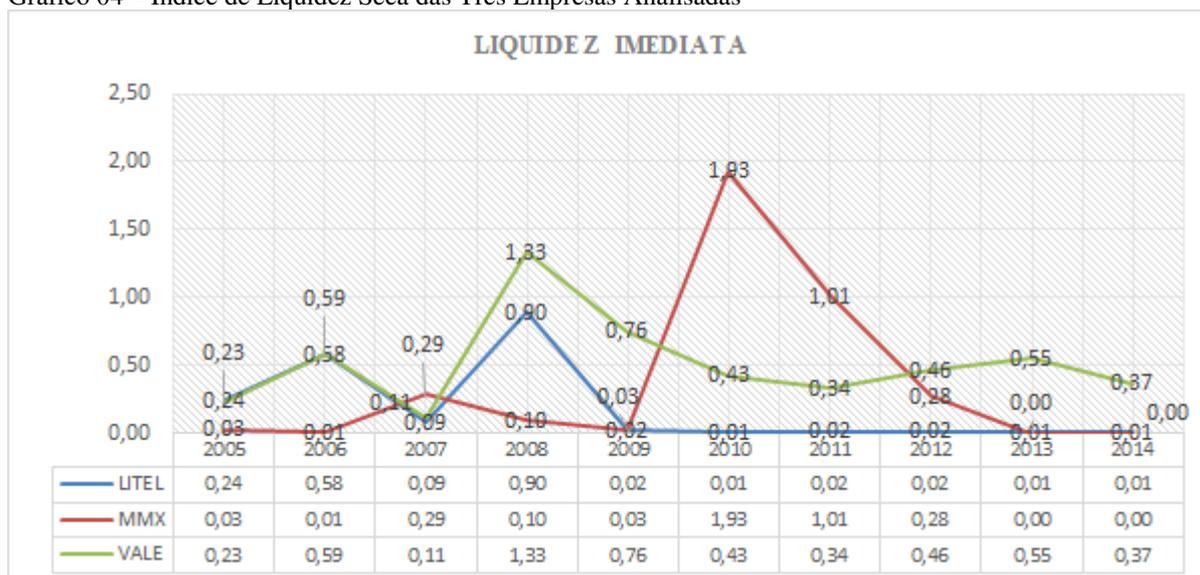
Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados da Vale do Índice Liquidez geral não foram tão bons como os da Liquidez Corrente e Seca. Em nenhum dos períodos ela conseguiu cumprir com suas obrigações, e isto se deve ao fato que a maior parte do Ativo está concentrado no Imobilizado, cerca de 149%, este valor possui baixa solvência, e parte dos recursos para adquiri-lo são decorrentes de capital de terceiros.

A MMX foi a entidade que mais apresentou oscilações nos resultados de seus índices, conforme observa-se no gráfico 03, porém, obteve resultado satisfatório em alguns períodos. Em 2012 ocorreu a pior queda de índice da empresa desde que Eike Batista assumiu sua administração. A partir deste período foi constatado uma redução no valor de venda do minério, e esta mesma informação foi evidenciada pela entidade nas Notas Explicativas (2012), já que um de seus objetivos é a venda de minério de ferro.

A Litel Participações também apresentou algumas oscilações, porém, não tão intensas como as da MMX. Há de ser evidenciado o fato da empresa permanecer estável nos períodos de 2008 e 2009, enquanto as outras duas encolheram seus índices. Este período, como citado, foi marcado por uma grande crise mundial, em que principalmente as empresas que possuem uma exposição internacional sofreram com a desestabilização econômica. Segundo Notas Explicativas (2008), em 31 de junho de 2008, em Assembleia Geral Extraordinária, a comissão aprovou aumento mediante ações preferenciais resgatáveis em 175% que foram revestidas na conta Disponibilidades. E em 2009, a empresa quitou todos os seus empréstimos diminuindo suas obrigações. Em 2010, porém, período em que as entidades começavam a recuperar-se da crise, a Litel diminuiu seu índice, isto é, a capacidade de pagamento a curto e longo prazo, reduzindo 32%, devido ao aumento de suas obrigações.

Gráfico 04 – Índice de Liquidez Seca das Três Empresas Analisadas



Fonte: Dados da pesquisa

No que tange o Índice Liquidez Imediata, conforme demonstra o Gráfico 04, a relação de dívidas a curto prazo em condições de serem liquidadas imediatamente, a Litel Participações obteve em grande parte do período índices próximos a zero. Ao considerar que o objetivo social da empresa é a participação no capital de outras organizações do setor de mineração, este índice é considerado normal, visto que ela não necessita de grande quantidade de recursos em caixa. Já a MMX, obteve índice médio de 0,95 no período, oscilando entre 0 e 3,72 em períodos em que houve aumento o seu Capital.

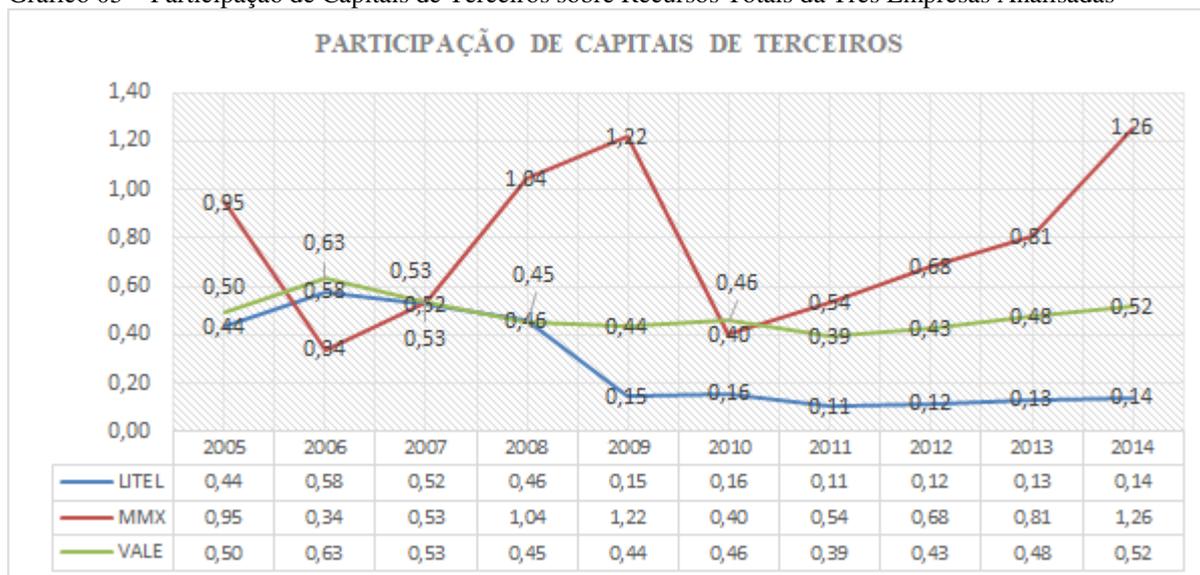
#### 4.2 Análise de Endividamento

O grau de endividamento é um aspecto relevante para atrair novos investidores, e por meio deste índice é possível verificar se a entidade opera com mais recursos de terceiros ou próprios, isto é, se ela é capaz de se auto sustentar. Em 2008, período da crise econômica, a

Litel Participações e a Vale reduziram suas dívidas em relação a 2007, porém, estes representaram quase que metade de todo seu capital. Por outro lado, a MMX demonstrou grande dificuldade neste período, pois suas dívidas aumentaram em 13,95% e seu Patrimônio Líquido diminuiu em 127,87% devido os Prejuízos acumulados no período.

No gráfico 05 é possível avaliar a representatividade do capital de terceiros sobre o total de recursos das empresas. A Vale e a Litel Participações por exemplo, utilizaram menos de 50% de recursos de terceiros na maior parte do período estudado. Já a MMX em 2014, os recursos de terceiros foram 26% maiores que todo seu Passivo, este valor foi superior devido ao aumento do Prejuízo Acumulado, o que deixou o Patrimônio Líquido negativo.

Gráfico 05 – Participação de Capitais de Terceiros sobre Recursos Totais da Três Empresas Analisadas



Fonte: Dados da pesquisa

Já em relação aos recursos próprios das empresas, é possível notar pelo Gráfico 06, que dentre as entidades estudadas a Litel Participações possuiu melhores índices no período. O que já era previsto, visto que esta possui pouca demanda de recursos de terceiros. A Vale também conseguiu se sustentar na maior parte do período, mas seus resultados foram satisfatórios para pagamento de suas dívidas.

A MMX apresentou grandes variações de seus índices, assim como os outros já estudados. Em 2008, período de crise, a entidade chegou a ter um déficit de menos R\$3,00 para cada R\$100 de dívidas. E posteriormente, em 2009, este déficit aumentou para R\$9,00 negativo para cada R\$100,00 de dívidas no período.

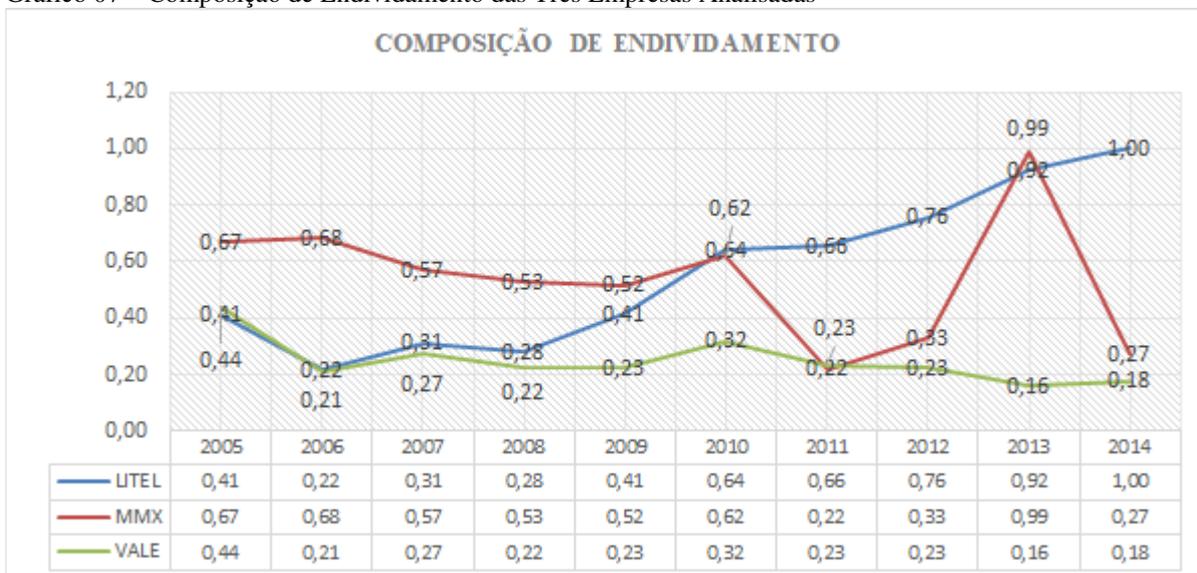
Gráfico 06 – Garantia do Capital próprio sobre Capital de Terceiros das Três Empresas Analisadas



Fonte: Dados da Pesquisa

Já em 2011, período em que o preço do minério atingiu seu maior valor, a Vale e a Litel Participações, acompanharam o desenvolvimento do mercado. Os aumentos de índice da Litel também estão relacionados com as distribuições de reservas, que ocorrem mediante porcentagem sobre o lucro do período. No que tange o endividamento da empresa, é possível notar pelo Gráfico 07 que as três empresas obtiveram resultados bem distintos, principalmente nos últimos 5 anos.

Gráfico 07 – Composição de Endividamento das Três Empresas Analisadas



Fonte: Dados da Pesquisa

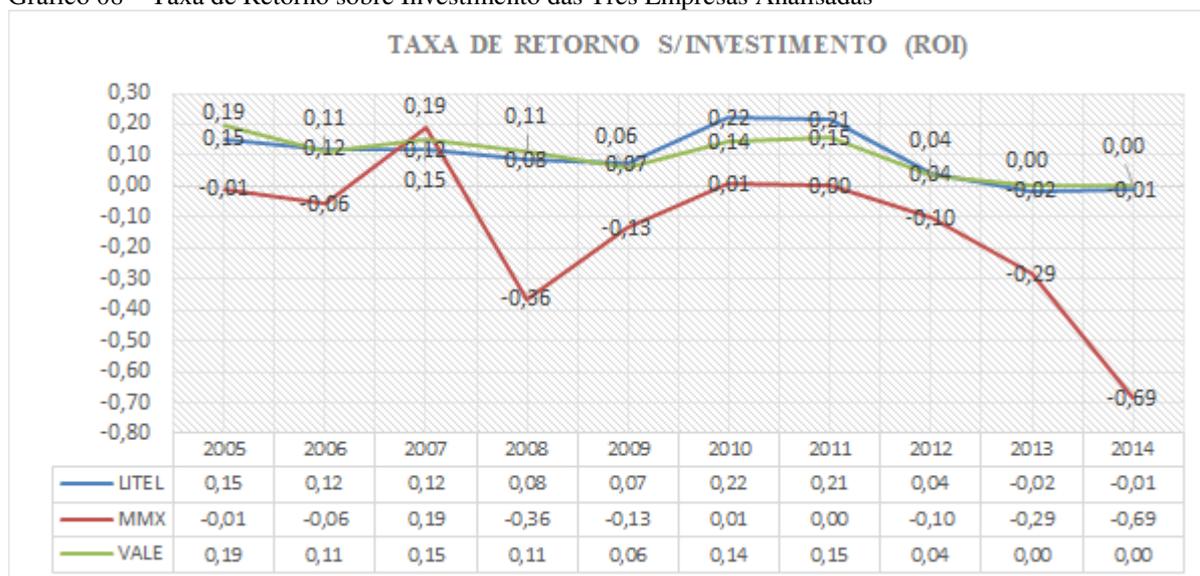
Enquanto que a Vale priorizou dívidas a longo prazo, em média 78% dos recursos adquiridos de terceiros no período de 2010 a 2014, a Litel Participações apresentou a média de 80% de dívidas a curto prazo nos últimos 5 anos, isto é, a maior parte de suas dívidas tem vencimento de até 12 meses. Em 2014, a Litel Participações não apresentou dívida a longo prazo, 100% dos recursos de terceiros eram a curto prazo. E a MMX apresentou números semelhantes em 2013, cerca de 99% de suas dívidas também eram com vencimento a curto ou

curtíssimo prazo. A Vale apresentou, no mesmo período, o menor índice de recursos de terceiros a curto prazo, cerca de 16% de seu total de dívidas, o que torna evidente o equilíbrio financeiro da entidade, pois esta possui um período maior para que os retornos de seus investimentos possam liquidar as dívidas.

### 4.3 Análise de Rentabilidade

Em relação ao valor que retorna dos investimentos, é possível notar pelo Gráfico 08 que das empresas estudadas, a Litel apresentou o maior índice de retorno sobre os investimentos de Capital, cerca de 22% em 2010, demonstrando uma avaliação de desempenho positiva.

Gráfico 08 – Taxa de Retorno sobre Investimento das Três Empresas Analisadas

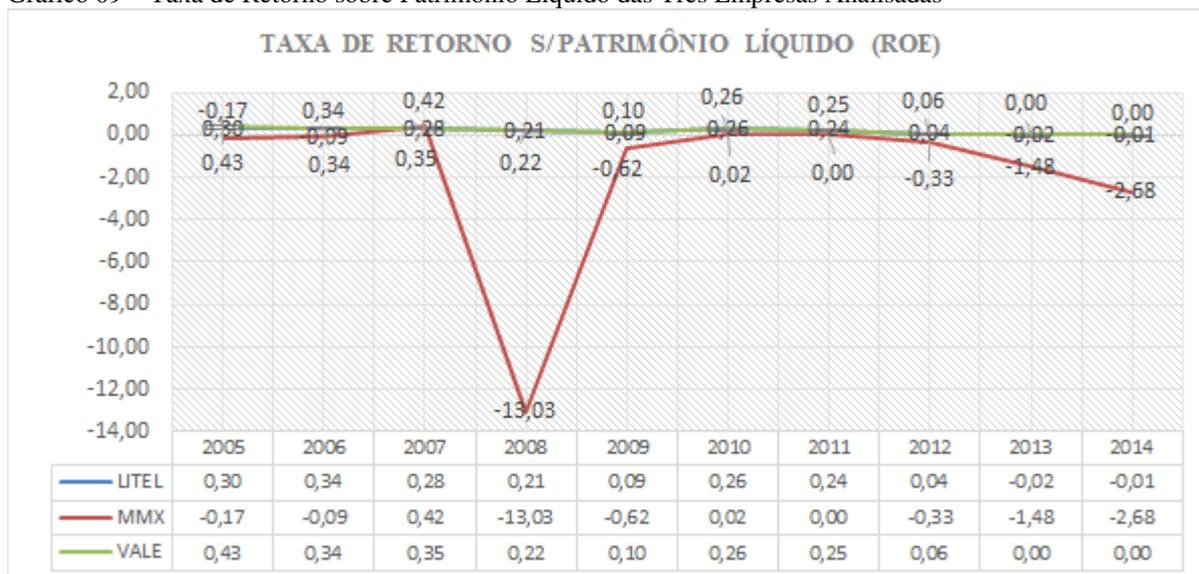


Fonte: Dados da Pesquisa

Já o menor índice foi apresentado pela MMX em 2014, seu lucro representa menos 69% do total investido no período, isto demonstra que a viabilidade econômica da empresa é desfavorável. Em 2008 a MMX se mostrou bem fragilizada com a crise, seu índice de retorno diminuiu 1,89, isto é para cada R\$100 investidos, o retorno foi menos R\$189.

Sobre o Retorno sobre o Patrimônio Líquido, isto é, a rentabilidade auferida pelo capital próprio da entidade, o Gráfico 09 demonstra que a Litel Participações e a Vale apresentaram índices parecidos, porém o gráfico evidencia que os índices da Vale foram melhores que as outras. A MMX apresentou os piores índices no período, evidenciando o ano de 2008, em que seu ROE foi 31 vezes menor que no período anterior, e isto pode ser explicado, conforme Notas Explicativas (2008) com os prejuízos acumulados no período, o que pode ter decorrido do momento de recessão enfrentado pelo mundo.

Gráfico 09 – Taxa de Retorno sobre Patrimônio Líquido das Três Empresas Analisadas



Fonte: Dados da pesquisa

#### 4.4 Indicadores de Desempenho Demonstrações Normas Contábeis Brasileiras x IFRS

Com o propósito de avaliar os efeitos das alterações nas normas contábeis após as mudanças exigidas pela Lei 11.638/07 nos indicadores econômico-financeiros das organizações estudadas, foram calculadas as médias dos índices de 2008 e 2009, com base nas demonstrações elaboradas pelas normas contábeis brasileiras e pelas IFRS, conforme apresentação nas Tabelas 01 e 02.

Tabela 01 – Indicadores de desempenho calculados sob as normas brasileiras contábeis

Empresas	LC	LG	LI	LS	ROI	ROE	CE	PCT	GCP
Litel	2,46	0,65	0,97	2,06	0,41	0,95	0,24	0,43	1,01
MMX	0,43	0,31	0,13	0,32	-0,24	-6,13	0,53	1,13	-0,08
Vale	2,60	0,68	1,05	2,17	0,09	0,16	0,23	0,44	0,06

Fonte: Dados da Pesquisa

Tabela 02 – Indicadores de desempenho calculados sob as normas IFRS

Empresas	LC	LG	LI	LS	ROI	ROE	CE	PCT	GCP
Litel	2,43	0,53	0,96	2,03	0,42	0,93	0,18	0,55	0,81
MMX	0,44	0,31	0,13	0,32	-0,12	0,46	0,52	1,14	-0,12
Vale	2,52	0,67	1,04	2,09	0,09	0,16	0,22	0,45	1,24

Fonte: Dados da Pesquisa

É possível verificar que o reflexo das mudanças nas demonstrações contábeis influenciou positivamente três indicadores (ROE, CE, PCT), e negativamente cinco indicadores (LC, LG, LS, ROI e GCP) e quanto a LI não apresentou variação significativa. Dessa forma, foram calculadas as diferenças percentuais entre os indicadores das demonstrações contábeis elaboradas segundo padrões contábeis brasileiros e padrões IFRS, apresentados pela Tabela 03.

Tabela 03 – Diferenças percentuais entre os indicadores calculados nas demonstrações contábeis elaboradas pelas normas brasileiras e pelas normas IFRS

<b>Empresas</b>	<b>LC %</b>	<b>LG %</b>	<b>LI %</b>	<b>LS %</b>	<b>ROI %</b>	<b>ROE %</b>	<b>CE %</b>	<b>PCT %</b>	<b>GCP %</b>
Litel	-1,22	-18,46	-1,03	-1,46	2,44	-2,11	-25,00	27,91	-19,80
MMX	0,25	0,00	0,00	0,00	-50,00	-107,50	-1,89	0,88	50,00
Vale	-3,08	-1,47	-0,95	-3,69	0,00	0,00	-4,35	2,27	1,64

Fonte: Dados da Pesquisa

A maioria dos indicadores das empresas analisadas tiveram alterações com a mudança da norma contábil, exceto, os índices de liquidez geral, imediata e seca da MMX e a taxa de retorno sobre o patrimônio líquido e sobre investimento da Vale, que apresentaram diferenças nulas. É possível notar, por meio da Tabela 03, que algumas entidades possuem mudanças relevantes em certos índices, como a MMX, que apresenta uma diferença negativa de 107,5% na taxa de retorno sobre o patrimônio líquido, determinando que o índice calculado por meio das demonstrações contábeis baseadas nos padrões IFRS é 107,5% maior que o calculado pelos padrões brasileiros.

De acordo com as Notas Explicativas (2010), esta discrepância ocorreu por efeito do CPC 26, em que os montantes de participação dos acionistas não controladores foram incorporados ao patrimônio líquido. Além disso, com a “baixa da conta Ativo Diferido (alterada pela IFRS), o valor total da conta foi transferido para a conta lucros (prejuízo acumulados)”, diminuindo o valor do prejuízo da empresa, isto é, existe menor quantidade de prejuízo para menor quantidade de patrimônio líquido, (NOTAS EXPLICATIVAS, 2010, p. 15).

Verificou-se também que com as mudanças, o indicador de garantia de capital próprio sobre terceiros aumentou em 50% e com a mesma porcentagem o indicador rentabilidade, retorno sobre o patrimônio líquido diminuiu. Isto pode ser explicado pelo efeito da baixa da conta Ativo Diferido, visto que, a mudança diminuiu o prejuízo do período em proporção maior que diminuiu o Ativo da empresa, uma vez que o cálculo é feito pela fórmula Lucro Líquido/Ativo Total. Relativamente ao indicador de garantia de capital próprio, a redução do índice está relacionada com a redução do patrimônio líquido.

O índice de composição de endividamento apresenta variação negativa para a empresa Litel Participações em cerca de 25%, demonstrando que o indicador de endividamento é menor quando calculado por meio das demonstrações apresentadas conforme padrões IFRS. Essa redução está relacionada com o aumento do Passivo não circulante, já que em conformidade com o CPC 32, a empresa reconheceu em seu balanço a conta Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos.

Verificou-se outra diferença significativa no indicador de participação de capital de terceiros sobre os recursos totais da empresa Litel Participações, o indicador calculado por meio da demonstração em IFRS é 27,91% maior que o apresentado pela demonstração calculada pelas normas brasileiras, sendo o responsável por este acréscimo o Imposto de Renda Diferido, que em conformidade com Notas Explicativas (2010), o ajuste está relacionado basicamente com as parcelas registradas como correntes para o não correntes. Esta mudança também justifica a redução de 18,46% no índice de liquidez geral, considerando o aumento do Passivo não Circulante após a adoção dos padrões IFRS nas demonstrações contábeis.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interpretação dos relatórios contábeis é tão importante quanto os fatos financeiros que ocorrem no mercado. Para facilitar esta interpretação a contabilidade mundial se unificou com o intuito de propiciar transparência e clareza nas informações contábeis para os usuários. Neste sentido, o propósito do estudo foi analisar os reflexos causados pela harmonização contábil e adoção dos padrões IFRS nos indicadores econômico-financeiros das empresas do setor de mineração negociadas na BM&FBovespa. Além disso, foi elaborada uma análise econômico-financeira do período de 2005 a 2010, considerando as demonstrações contábeis consolidadas apresentadas pelos padrões IFRS desde 2008.

Foram selecionadas três empresas do grupo minérios metálicos do segmento de mineração da BM&FBovespa, que apresentaram demonstrações contábeis antes e após as mudanças da Lei 11.638/07: Litel Participações S.A, MMX Mineração e Metálicos S.A e Vale S.A. Observou-se que no geral, as três empresas apresentaram resultados diferenciados, porém, em alguns períodos a Vale e a Litel Participações apresentaram índices equivalentes. Já a MMX, apresentou índices desiguais aos apresentados pelas demais.

A empresa que atingiu melhor desempenho foi a Vale S.A na maior parte dos índices analisados, somente nos índices de Liquidez Geral e Participação de Capital de Terceiros sobre os Recursos Totais ela não apresentou média satisfatória em comparação com as demais empresas. No índice de Composição de Endividamento, a Vale demonstrou resultado médio 54,5% menor que as outras entidades, significando que mesmo possuindo grande quantidade de capital de terceiros em comparação com as outras empresas, a maior parte é com vencimento a longo prazo, gerando um conforto para se trabalhar com os recursos emprestados até a data de quitação, podendo-se afirmar que esta é a entidade mais estável entre as três estudadas, principalmente por apresentar melhor equilíbrio financeiro (prazo de retorno financeiro).

A organização que obteve menor desempenho foi a MMX, alcançando média positiva sobre as demais somente no índice de liquidez geral. E o pior resultado foi apresentado pelo retorno sobre o patrimônio líquido, cerca de 80% de prejuízo nos investimentos dos proprietários.

Observou-se que nos períodos pós crise (2010, 2011 e 2012) a Litel Participações e Vale apresentaram uma melhora em seus índices, principalmente em relação ao capital próprio. Este fato é decorrente de captação de recursos por subscrição utilizados para diminuir o impacto causado pela crise econômica mundial. A MMX também se utilizou da mesma estratégia, aumentando suas dívidas em 28% de 2010 a 2012, porém os resultados não foram satisfatórios para melhorar o desempenho da empresa.

Outros fatores também influenciaram o desempenho econômico destas organizações, visto que elas estão sujeitas às influências ocorridas no cenário econômico mundial e nacional, como as mudanças nas demonstrações contábeis decorrentes da internacionalização da contabilidade. Com base nas demonstrações consolidadas divulgadas pelos dois padrões, normas brasileiras e normas IFRS, introduzidas pelo CPC 37, foram calculados os indicadores econômico-financeiros das empresas estudadas. Posteriormente, foram calculadas as diferenças percentuais de tais indicadores para verificar as variações relevantes entre os índices.

Durante a análise observou-se variações positivas e negativas nos índices após a adoção das IFRS nas demonstrações contábeis, além de índices que não apresentaram variações, como ocorreu com os índices de Liquidez Geral, Imediata e Seca da MMX e com a Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido e Sobre Investimento da Vale.

Outra importante complementação introduzida pela Lei 11.638/07 na contabilidade brasileira foi a publicação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) e das Demonstrações de Fluxo de Caixa (DFC), já que antes da aprovação da Lei, a divulgação era

incentivada, porém não obrigatória. Pode-se constatar através dos históricos das organizações na BM&FBovespa que as empresas estão divulgando estas demonstrações a partir do exercício de 2008, porém a Vale e a MMX apresentaram saldos em 2007 e 2006 para fins de comparação, já a Litel Participações, apresentou saldos zerados nestes períodos.

Conclui-se que as mudanças realizadas na contabilidade brasileira decorrentes da aprovação da Lei 11.638 de 2007 não impactaram de forma relevante nos indicadores econômico-financeiros das empresas do setor de mineração. As modificações demonstraram resultados mais expressivos em alguns indicadores econômico-financeiros, que em outros. E essas variações também decorreram de particularidades de cada empresa, uma vez que a empresa com melhor resultado econômico, a Vale, apresentou mudanças insignificantes, enquanto a MMX Mineração e Metálicos, que demonstrou o pior resultado econômico no período, apresentou alterações relevantes em seus índices.

## REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Maria de Fátima Pires; OLIVEIRA, Celso Romário de. As modificações ocorridas no balanço patrimonial segundo a Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09. **Revista Eletrônica das Faculdades Sudamérica** – ISSN 2178-4388, 2009.

BATISTA, Priscila Juliana; *et al.*. Principais alterações nas estruturas das demonstrações contábeis a Lei 11.638/07. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios**, São Roque, v.1, n.1, 2010.

BMF&BOVESPA. **Minério Metálicos**. 2015. Não paginado. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?segmento=Minerais+Met%C3%A1licos&idioma=pt-br>>. Acesso em: 04 mar. 2015.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Disposições sobre as Sociedades por Ações. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 dez. 1976. Não paginado. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6404compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm)>. Acesso em: 04 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Não paginado. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm)>. Acesso em: 04 mar. 2015.

BRUNI, Adriano Leal. **A análise contábil e financeira**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CARVALHO, L. Nelson; LEMES, Shirlei. **Contabilidade Internacional para Graduação: texto, estudos de casos e questões de múltipla escolha**. São Paulo: Atlas, 2010.

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1): Apresentação das Demonstrações Contábeis**. 2011. Não paginado. Disponível em: <[http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312\\_CPC\\_26\\_R1\\_rev%2006.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2006.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2): Demonstração dos Fluxos de Caixa**. 2010. Não paginado. Disponível em:

<[http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/183\\_CPC\\_03\\_R2\\_rev%2004.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/183_CPC_03_R2_rev%2004.pdf)>.  
Acesso em: 18 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00)**: Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. 2008. Não paginado. Disponível em:

<[http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/455\\_CPC00%20Pronunciamento.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/455_CPC00%20Pronunciamento.pdf)>.  
Acesso em: 20 abr. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Pronunciamentos Técnicos Contábeis 2008**. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/livro\\_CPC2.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/livro_CPC2.pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2015.

DIAS, Warley de Oliveira; NETO, João Estevão Barbosa; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. Impacto da convergência para as IFRS na análise financeira: um estudo em empresas de capital aberto. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 131 – 153, out./dez. 2009.

ERNST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, João Constantino; *et al.*. Análise do impacto do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil: um estudo com base na relevância da informação contábil. **Revista Universo Contábil**, v. 10, n. 3, p. 25 – 43, jul./set., 2014.

GUTH, Sergio Cavagnoli. As decisões financeiras e gestão do controle. **Revista Brasileira de Gestão e Inovações**, v. 1, n. 1, set./nov. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO - IBRAM. **Gestão para a Sustentabilidade na mineração: 20 anos de história**. 2012. Disponível em: <<http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00002130.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Exposição Internacional de Mineração: Sustentabilidade agrega valor à mineração e metalurgia**. Belo Horizonte, ano IX, nº 68, nov./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00005344.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

\_\_\_\_\_; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE INDÚSTRIA – CNI. **Mineração & Economia Verde: encontro da indústria para a sustentabilidade**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00002708.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

INSTITUTO IFRS – **Acessibilidade, networking e desenvolvimento para todos**. Veja lista de países que já adotaram as IFRS. 2014. Não paginado. Disponível em: <<http://www.ifrs.org.br/detNot.asp?id=112&moda=001&contexto=&area=&evento=>>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LITEL PARTICIPAÇÕES. **Estatuto Social**. Rio de Janeiro. 2015. Não paginado. Disponível em: <<http://www.econoinfo.com.br/docs/litel-participacoes-sa/estatuto-social/dE5IPVldzDZIGCA5?p=1>>. Acesso em: 05 maio 2015.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEIRELLES JUNIOR, Julio Candido de. Harmonização das Normas Internacionais de Contabilidade. **SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. 2009.

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS. **Histórico e Perfil Corporativo**. Rio de Janeiro, 2010. Não paginado. Disponível em: <<http://www.mmx.com.br/show.aspx?idCanal=WN8uWmEIUNSP1Zd5BsG5aQ==>>. Acesso em: 05 maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Estatuto Social**. Rio de Janeiro, 2015. Não paginado. Disponível em: <<http://www.mmx.com.br/Download.aspx?Arquivo=cgFvzZCP/77JLhSPjCMGCg==>>. Acesso em: 05 maio 2015.

MORESI, Eduardo (org.). **Metodologia da pesquisa**. Brasília, 2003. Disponível em: <[http://ftp.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/1370886616.pdf](http://ftp.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/1370886616.pdf)>. Acesso em: 11 maio 2015.

MULLER, A. N.; SCHERER, Luciano Marcio. **Contabilidade Avançada e Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2010.

PWC. **IFRS e CPCs – A nova contabilidade brasileira: Impactos para o profissional de RI**. 2010. Disponível em: <<http://www.pwc.com.br/pt/ifrs-brasil/assets/booklet-ibri-2010.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações Contábeis: estrutura e análise**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

REIS, Luciano Gomes dos; SHIMAMOTO, Leila Sayuri. Convergências às Normas Internacionais de Contabilidade: uma análise sob a perspectiva dos profissionais contabilistas. **Revista de Estudos Contábeis**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 90-105, jul./dez. 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Demonstrações Financeiras: mudanças na Lei das Sociedades por ações: como era e como ficou**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

VALE. **Relatório de Sustentabilidade 2014**. 2014. Disponível em: <<http://www.vale.com/pt/aboutvale/sustainability/links/linksdowndocuments/relatorio-de-sustentabilidade-2014.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2015.